

Reunião da Comissão do PLS – Revisão dos Indicadores do Plano de Logística

Ata reunião nº 15/2025

Tema: Revisão dos Indicadores do Plano de Logística

Data: 07/10/2025

Horário: 14h às 15h

Participantes:

Dra. Cristiana Gualberto - Juíza Auxiliar da Presidência e Coordenadora da Comissão do PLS

Cassiana Lopes Viana - Diretora-Geral (DG)

Alessandra Cristina da Costa Alves Bruzzi Rocha - Assessora Administrativa de Gestão de Pessoas (AAGP)

Ana Cristina de Oliveira Borges Landau - Seção de Gestão Sustentável (SGESU)

Ana Eliza Pandolfi de Abreu - Coordenadora Executiva da Escola Judiciária (CEJ)

Ana Márcia Passarini de Resende - Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SGG)

Antonio de Faria Neto - Coordenador de Responsabilidade Social (CRS)

Flávio de Carvalho Drummond - Assessor do Juiz Auxiliar da Presidência (AJAP)

Frederico Gomes Jabbur - Coordenador de Suporte e Equipamentos

Helen Carolina Almeida Moreira - Coordenadoria de Atenção à Saúde (CAS)

José Antônio Braz - Chefe da Seção de Suporte Operacional (SESOP)

Júlia de Oliveira Prata Lima - Seção de Gestão Sustentável (SGESU)

Juliana Gomes da Costa - Chefe da Seção de Acessibilidade e Inclusão (SACES)

Karina Marcos Bedran - Chefe da Seção de Gestão Sustentável (SGESU)

Kênia Barrel Alves Dutra - Chefe da Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

Lara Souza Pinheiro de Macedo - Seção de Gestão Sustentável (SGESU)

Luiz Otávio Vial - Secretário de Gestão de Serviços (SGS)

Maria da Glória Araújo - Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)

Miguel Mendonça de Alvarenga - Seção de Gestão Sustentável (SGESU)

Natália Felícia Clemente Ribeiro - Seção de Gestão Sustentável (SGESU)

Renata Machado Capos Alves - Seção de Gestão Sustentável (SGESU)

Renato Felix Federici - Coordenador de Inteligência e Segurança (CIS)

Rodolfo Francisco Castro Pacheco - Secretário de Gestão Administrativa (SGA)

Virlei Cardoso de Oliveira Júnior - Chefe do Núcleo de Segurança Institucional (NSEIS)

Ata elaborada por: Luciana Mara de Oliveira Vale (Seção de Gestão Sustentável)

1. Abertura e Contextualização

A reunião foi aberta por Karina, que apresentou breve cronograma com o panorama das ações desenvolvidas pela Seção de Gestão Sustentável (SGESU) em relação à revisão do Plano de Logística Sustentável (PLS) 2021-2026. Relatou a realização de reunião da Comissão do Comitê Gestor do PLS em 29/08/2025, reunião conjunta com a Seção de Estatística e Ciência de Dados (SECID), bem como as reuniões setoriais e análises internas para revisão e validação das metas e indicadores.

A SGESU informou que algumas metas foram alteradas, outras mantidas, e foram criados novos indicadores, além de alguns ainda pendentes de dados para fechamento.

2. Indicadores com Alteração de Meta

Compras sustentáveis: os dados atualizados proporcionalmente até setembro de 2025 mostram 98% das contratações em conformidade com critérios de sustentabilidade. A meta, inicialmente de 79% (2025) e 82% (2026), foi elevada para 90% e 92%, respectivamente.

Telefonia fixa: diante da redução expressiva de custos após adoção de linhas VoIP, a meta foi revisada para redução de 80% em 2025 e 90% em 2026, em relação à linha de base (2018 e 2019).

Papel branco: constatada expressiva redução de consumo (11.661 resmas em 2024 e 4.748 até setembro/2025), a meta de redução foi ampliada de 10% para 20% (2025) e de 15% para 25% (2026).

Água envasada: meta fixada para redução de consumo total (100%) até 2026; foi explicado que não houve aquisição em 2025, apenas devolução de material em estoque de 2024. Dra. Cristiana questionou sobre tal quantitativo, se se refere a aquisição ou consumo e Karina explica que diz respeito ao fornecimento.

Manutenção de veículos: diante do aumento de custos e envelhecimento da frota, discutiu-se a necessidade de rever o incremento máximo atualmente previsto (10% em anos eleitorais e 5% em não eleitorais). Luiz Vial, Ana Márcia e Cassiana destacaram a importância de equilibrar custo, frota e demandas da biometria. O percentual de incremento será reavaliado posteriormente. Luiz Vial coloca que os valores de peças e mão de obra vem subindo e a frota envelhecendo e que não poderia se ficar estacionado em valores de 2018 e 2019. Também lembra que tiveram que fazer aditivo contratual, o que desequilibrou o contrato devido a um importante problema em um dos ônibus do Tribunal. Ana Márcia se manifesta de acordo, mas Antônio esclarece que não é mudança do indicador e sim apenas ajuste do percentual. Também coloca que outros indicadores

poderão ser observados a partir do próximo ano. Rodolfo cita o Comitê Bio e a aquisição de vans – veículos *motorhome*, que é importante ponderar que aumentando a frota, aumenta gastos de manutenção e de combustível. Cassiana pede urgência na atualização de tal indicador e ponderação de interesses, pois é preciso incremento para a biometria e para prestar um bom atendimento ao eleitor. Rodolfo frisa sobre a cobrança “seca” do CNJ, de apenas redução. Ana Márcia reforça que aliados aos objetivos estratégicos e aos macro desafios do CNJ, deve ser feita toda uma cadeia argumentativa e, ainda reportou à Cassiana a respeito do pedido de inserção de critérios de sustentabilidade nos projetos e análise de riscos, e que tais análises já estão sendo feitas e alinhadas com a Seção de Gestão de Projetos, Inovação e Planejamento (SPROJ).

Vigilância: ajustada a metodologia, tomando-se como linha de base os anos de 2019 e 2020. Mantida a meta de não ultrapassar 10% de incremento ao ano. Verificou-se que os valores atuais (R\$ 57.586,00 até agosto/2025) estão dentro do previsto.

3. Indicadores Mantidos

Copos descartáveis: mantida a meta de redução de 5% em anos eleitorais e 10% em não eleitorais. A meta de consumo máximo para 2025 era de 3.344 centos de copos descartáveis e até setembro está em 1.610, abaixo de 50% do previsto. Karina relembrou que Cassiana sugeriu novas reduções nas requisições (de solicitação de até 3 centos ao invés de 6 centos de copos ao semestre), e Rodolfo propôs levantamento junto aos cartórios.

Alessandra coloca sua experiência de participação em força tarefa realizada pelo Tribunal em Paraguaçu acerca da consciência do servidor em reação à utilização de copos. Eleitores foram orientados a se dirigirem a locais que tinha água disponível, além dos servidores que utilizaram suas próprias garrafinhas de água, o que demonstra a efetividade das campanhas maciças de conscientização realizadas constantemente pelo Tribunal.

Energia elétrica: mantida a meta de redução de 0,5% em relação à linha de base (2018 e 2019), com tendência de melhoria em razão da implantação de energia fotovoltaica e contratação de energia limpa.

Gestão de resíduos: mantida a meta de encaminhar 20% do papel branco para reciclagem até 2026, percentual atualmente em torno de 40%. Avalia-se criação de novo indicador para o próximo ciclo.

Limpeza: mantidas as metas de não ultrapassar incremento de 45% (anos eleitorais) e 40% (não eleitorais) em relação à linha de base (2019 e 2020). Rodolfo informou sobre novo contrato para o interior a ser implementado no próximo ano, o que tende a reduzir os custos, pois unificará contratação de mão de obra com aquisição de materiais.

Qualidade de vida no trabalho: mantida a meta de 6 ações (anos eleitorais) e 10 ações (não eleitorais); já realizadas 13 até setembro de 2025. Cassiana comunicou o lançamento de plano institucional de saúde com enfoque em saúde mental.

Água e esgoto: mantida a meta de redução de 1% (anos eleitorais) e 2% (não eleitorais), em relação ao ano de referência; será feito levantamento de boas práticas realizadas por outros tribunais e a questão da metragem dos tribunais e também dos contratos com prefeituras.

Capacitação em sustentabilidade: mantida a meta de 3% (anos eleitorais) e 4% (não eleitorais), até 2026. Este ano está abaixo da meta, mas é devido ao curso sobre sustentabilidade que será realizado este ano após conclusão da revisão do PLS e será disponibilizado aos servidores no próximo mês.

Combustíveis:

- Diesel: mantida meta de redução de 5%; desempenho dentro do esperado.
- Etanol e gasolina: mantidas metas de redução de 10% (anos eleitorais) e 15% (não eleitorais).

Foi ainda proposto novo indicador específico para gasolina, com meta de redução de 20% em 2025 e 2026, alinhado ao Programa Justiça Carbono Zero. Luiz Vial comentou a respeito da orientação para abastecimento preferencialmente por etanol, que deve aumentar a quantidade de litros consumidos, porém é mais benéfico em relação à questão da sustentabilidade, por reduzir a emissão de gases de efeito estufa.

4. Novos Indicadores

Descarbonização (Justiça Carbono Zero): Indicador que surgiu com a Resolução CNJ n. 594/2024, cuja meta é a de elaborar inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) de todos os imóveis do TRE-MG até 2026, com ações como redução do consumo de gasolina em 20%, aquisição de carros híbridos (um em 20205 e um em 2026), contratação (licitação) de energia limpa de baixa tensão (CEMIG Sim) e solicitação de energia limpa de média tensão (CEMIG Sim)". Foram elaborados Inventários de Gases de Efeito Estufa referentes a 2022, 2023 e 2024, envolvendo os três escopos, para que sejam compensadas as emissões. De início, em 2022, tal inventário envolveu o prédio sede do Tribunal, e em 2023 e 2024 envolveu os seis prédios da capital mineira.

Reformas e construções: criação de indicador de gastos com obras e reformas, a ser definido, considerando o novo plano de obras, as intervenções de acessibilidade e o processo de climatização e segurança predial. Dra. Cristiana se lembra que embora os imóveis sejam cedidos, devem haver intervenções, o que impacta nessa área. Cassiana relata a preocupação que deve haver com o plano de obras e que o presidente do Tribunal decidiu pela diminuição do tempo do plano e também realizar as reformas de acessibilidade. Luiz Vial menciona que, além do plano de obras que é mais pontual, o planejamento como um todo caminha num processo de melhoria constante dos cartórios e outra questão é a de que o Tribunal conta com majoritariamente imóveis

locados, que podem deixar de existir por questões de valores de locação e então outro deve ser locado e adequado, o que significam mais obras. Em que pese o plano estratégico que a Secretaria de Gestão de Serviços (SGS) vem cumprindo, é preciso dar uma acelerada no processo, o que está sendo trabalhado em conjunto com Ana Márcia e com Antônio. Dessa forma, tais adequações prediais impactarão nos números. Karina propõe nova reunião para tratar desse indicador.

Equidade e diversidade: conforme Resolução CNJ n. 550/2024, são medidos vários indicadores tais como: percentual de mulheres negras nas comissões do Tribunal, percentual de mulheres indígenas, total de servidoras do sexo feminino nas comissões e outros e outros. Ana Márcia relata que encaminhou para a DG (Diretoria-Geral) um processo com minuta de organização da criação e funcionamento dos colegiados, das comissões, comitês e grupos, exigindo estruturação de dados junto ao SGRH.

- Ações de capacitação: meta sugerida de 2 ações anuais (anos eleitorais) e 4 (não eleitorais); aguarda retorno da Escola Judiciária Eleitoral.
- Ações de sensibilização: meta de 10 ações anuais; prazos de envio de dados vencidos serão cobrados. Dra. Cristiana reforçou a importância do cumprimento dos prazos.

Juliana complementou que os indicadores de equidade e diversidade foram criados já com foco em ações já em andamento no Plano Biaunal da CRS (Coordenadoria de Responsabilidade Social) e tais ações já vem sendo realizadas. O curso de “Letramento racial”, a “Roda de conversas” e outras campanhas vem sendo feitas desder 2024, apesar do indicador ter sido criado recentemente.

Impressão: pendente de validação metodológica pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). A SGESU propôs em reunião com a área duas sugestões de meta, quer sejam impressoras per capita (quantidade de equipamentos de impressão em relação à força de trabalho total) e quantidade de impressão realizada per capita no Tribunal. Porém ao proceder à análise dos dados, muitas incongruências foram encontradas. Wellerson informou que foi agendada reunião técnica para revisão dos parâmetros e verificação de quantitativos informados. Wellerson sugeriu que a área de sustentabilidade fizesse um levantamento de cada área para verificar o que se imprime no dia a dia e o que de fato precisa-se de imprimir. Tem áreas que colocar uma impressora para o andar inteiro funcionará e para outra área não funcionará. Além do mais sem o entendimento das necessidades, o indicador de impressoras por pessoa pode ficar comprometido.

5. Considerações Gerais

Durante as discussões, Renato alertou para o impacto financeiro das reduções em contratos de segurança, ressaltando a necessidade de equilíbrio entre sustentabilidade e segurança institucional. Segundo ele, a segurança é produzida com pessoas e com materiais e drásticas reduções acabam por enfraquecer a segurança.

Ana Márcia e Dra. Cristiana reforçaram que as metas devem refletir a realidade administrativa, alinhando-se aos objetivos estratégicos do Tribunal aos macrodesafios do CNJ.

Cassiana pontuou que metas realistas são preferíveis às inatingíveis, desde que acompanhadas de compensações e justificativas técnicas.

6. Deliberações

1. Envio da minuta do Plano de Logística Sustentável revisado para a Dra. Cristiana, Coordenadora do CGPLS, até 15/10/2025 (sem o indicador de impressão, que será enviado em momento posterior).
2. Indicador de Impressão: revisão metodológica e definição de meta até 31/10/2025.
3. Indicador de Veículos: reavaliação dos percentuais de incremento em reunião específica.
4. Indicador de Reformas e Construções: definição de meta.
5. Revisão do PLS 2027–2032: elaboração prevista para 2026, com revisões bienais em anos não eleitorais.

Encerramento:

Nada mais havendo a tratar, Karina agradeceu a presença e a colaboração de todos os participantes, destacando o comprometimento das áreas na consolidação de uma gestão sustentável e alinhada às diretrizes estratégicas do Tribunal.

Encerrada a reunião, lavrou-se a presente ata, que será submetida à validação da Comissão Gestora do PLS.